



Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A - TAMOIOS

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente
Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 26 de março de 2021 sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

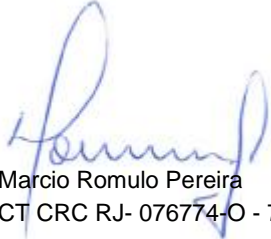
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A

**Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais)

Ativo	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	Passivo	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	117.523	134.954	Debêntures	13	57.750	73.131
Contas a receber de clientes	6	6.738	5.289	Fornecedores	14	10.180	6.193
Estoques		1.169	879	Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.717	2.988
Créditos tributários	7	1.572	1.173	Obrigações tributárias	16	3.744	3.583
Adiantamentos	8	50.902	43.215	Outras contas a pagar	17	12.196	3.357
Despesas antecipadas	9	33.944	4.168			86.587	89.252
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	10	44.180	8.384				
Outras contas a receber		-	3	Não circulante			
		<u>256.029</u>	<u>198.065</u>	Obrigações tributárias	16	161.792	125.420
				Provisão para contingências	18	609	609
Não circulante				Provisão para manutenção	19	36.447	2.223
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar	17	8.028	8.020
Contas a receber de clientes	6	3.455	3.532			206.876	136.272
Créditos tributários	7	33.656	23.713	Patrimônio líquido	20		
Despesas antecipadas	9	46	496	Capital social		137.151	137.151
Imobilizado	11	5.515	10.033	Reservas		36.151	25.756
Intangível	12	168.065	152.592			<u>173.302</u>	<u>162.907</u>
		<u>210.736</u>	<u>190.366</u>				
Total do Ativo		<u><u>466.765</u></u>	<u><u>388.431</u></u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u><u>466.765</u></u>	<u><u>388.431</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações de Resultados
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida	21	783.535	569.042
Custos	22	<u>(669.421)</u>	<u>(468.748)</u>
Lucro bruto		<u>114.114</u>	<u>100.294</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(51.348)	(47.289)
Provisão para manutenção	19	(44.543)	2.391
Depreciação e amortização	11/12	<u>(5.119)</u>	<u>(3.198)</u>
		<u>(101.010)</u>	<u>(48.096)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>13.104</u>	<u>52.198</u>
Receitas financeiras	24	7.198	6.621
Despesas financeiras	24	<u>(4.588)</u>	<u>(4.755)</u>
Resultado financeiro		2.610	1.866
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>15.714</u>	<u>54.064</u>
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e diferido)	25	<u>(5.319)</u>	<u>(20.365)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>10.395</u>	<u>33.699</u>
Número de ações ao final do exercício	20(a)	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		<u>0,0758</u>	<u>0,2457</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do Exercício	10.395	33.699
Outros resultados abrangentes	-	-
	<u> </u>	<u> </u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>10.395</u>	<u>33.699</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2020		137.151	-	-	(7.943)	129.208
Constituição de reserva						
Reserva de lucros	20(c)	-	1.288	24.468	7.943	33.699
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>137.151</u>	<u>1.288</u>	<u>24.468</u>	<u>-</u>	<u>162.907</u>
Luco líquido do exercício		-	-	-	10.395	10.395
Constituição reserva legal		-	520	-	(520)	-
Constituição reserva de lucros	20(c)	-	-	9.875	(9.875)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>137.151</u>	<u>1.808</u>	<u>34.343</u>	<u>-</u>	<u>173.302</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	10.395	33.699
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do imobilizado	367	359
Amortização do intangível	4.752	2.839
Juros sobre debêntures	4.407	5.543
Provisão para contingências	-	72
Provisão para manutenção	34.224	(18.845)
Lucro líquido do exercício - ajustado	<u>54.145</u>	<u>23.667</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante	(1.375)	(543)
Aumento (diminuição) dos estoques	(290)	123
Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante	(10.341)	11.207
Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos	(7.687)	(43.196)
Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante	(29.326)	(1.972)
Aumento (diminuição) dos ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos	(35.794)	(54.390)
Aumento (diminuição) das outras contas a receber	2	2
Aumento (diminuição) dos fornecedores	3.987	3.124
Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas	(270)	(1.068)
Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	25.936	28.837
Aumento (diminuição) das outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante	19.443	(10)
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades operacionais	<u>18.430</u>	<u>(34.219)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(1.149)	(4.244)
Baixas no imobilizado	5.301	5
Adições no intangível	(20.279)	(5.312)
Baixas no intangível	54	56
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(16.073)</u>	<u>(9.495)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de Debêntures	(19.788)	(122.880)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	<u>(19.788)</u>	<u>(122.880)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.431)</u>	<u>(166.594)</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa	134.954	301.548
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa	<u>117.523</u>	<u>134.954</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.431)</u>	<u>(166.594)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016 e o período de concessão irá até abril de 2045.

Em fevereiro de 2017, a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. e o Estado de São Paulo firmaram o Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 01/2017, que prorroga o período de obra, tendo sua previsão de conclusão para 17 de dezembro de 2020. Em 30 de janeiro de 2020, através de reunião entre a Companhia e a ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, ficou definido e registrado através de ata, que o prazo para conclusão da referida obra foi prorrogado para o dia 28 de fevereiro de 2022.

Não obstante, no dia 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. O prazo de conclusão da obra do contorno é para o segundo semestre de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão pela administração em 31 de março de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

2.2. Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) /IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) /IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 5), “Contas a receber” (nota explicativa nº 6), “Créditos tributários” (nota explicativa nº7), “Adiantamentos” (nota explicativa nº8), “Despesas antecipadas” (nota explicativa nº9) e “Ativo financeiro” (nota explicativa nº 10).

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Contas a receber de clientes

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada.

d) Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

e) Concessão de serviços públicos

O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (“Ampliação principal”) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Em agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

g) Intangível

I. Infraestrutura

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

II. Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) Provisão para contingências

As provisões para contingências (cível, trabalhista, e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

j) Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Reconhecimento da receita

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir:

i. Receita de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

ii. Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Estão demonstradas conforme a seguir:

Receita Líquida		Custo de Construção		Margem de Lucro	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
700.592	495.593	(669.422)	(468.748)	31.170	26.845

iii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

(a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

(b) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 5 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 127% ao ano do CDI.

(e) *Passivos contingentes*

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) *Determinação das receitas de construção*

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção

(g) *Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros*

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	5	133
Numerários em Transito (i)	1.397	629
Banco Conta Movimento	9.209	4.592
Aplicações Financeiras		
Poupança	4.577	4.489
Títulos de Renda Fixa (ii)	<u>102.335</u>	<u>125.111</u>
	<u>117.523</u>	<u>134.954</u>

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.

(ii) O saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por certificados de depósito bancários - CDB junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 100% do CDI em 2021 e 2020.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Vale Pedágio	121	-	129	-
Pedágio Eletrônico (i)	5.900	-	4.461	-
Faixa de Domínio (ii)	<u>715</u>	<u>3.455</u>	<u>699</u>	<u>3.532</u>
	<u>6.736</u>	<u>3.455</u>	<u>5.289</u>	<u>3.532</u>

(i) Os pedágios eletrônicos referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectcar, Greempass com vencimentos para 30 dias.

(ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em de 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em 02 de março de 2022.

7. Créditos tributários

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF S/ Aplicações Financeiras	1.567	-	1.158	-
IRPJ Base Negativa	-	-	11	-
Imposto de Renda Diferido (i)	4	24.648	3	17.359
Contribuição Social Diferida (i)	1	9.008	1	6.354
	<u>1.572</u>	<u>33.656</u>	<u>1.173</u>	<u>23.713</u>

- (i) Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura dos referidos créditos. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas.

Ano	Compensação IR/CS
2022	4.106
2023	8.345
2024	8.333
2025	11.318
2026	1.554
Total	<u>33.656</u>

8. Adiantamentos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a Fornecedores (i)	<u>50.902</u>	<u>43.215</u>
	<u>50.902</u>	<u>43.215</u>

- (i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

9. Despesas antecipadas

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmio de Seguros (i)	33.263	-	3.656	496
Outras despesas pagas antecipadamente	691	46	512	-
	<u>33.954</u>	<u>46</u>	<u>4.168</u>	<u>496</u>

- (i) Os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado.

10. Ativo financeiro – Concessão de serviços públicos

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Recebimentos	Saldo em 31/12/2021
Aportes públicos	8.384	706.141	670.345	44.180
	<u>8.384</u>	<u>706.141</u>	<u>670.345</u>	<u>44.180</u>

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017, anexo “Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos” e “Eventos para Liberação do Aporte – Tabela 18.2”.

11. Imobilizado

a) Composição

	% Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Fibra ótica	4%	5.016	5.263
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	498	592
Imobilizações em andamento (i)	-	-	4.178
Total		<u>5.514</u>	<u>10.033</u>

(i) O saldo refere-se a mercadorias que estavam em processo de importação em 31 de dezembro de 2020 e ao longo do ano de 2021 com a efetivação do processo foram classificadas como custo de construção.

b) Movimentação

	Fibra ótica	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Imóveis em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	5.512	641	-	6.153
Adições	-	66	4.178	4.244
Baixas	(5)	-	-	(5)
Depreciação / Amortização	(244)	(115)	-	(359)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>5.263</u>	<u>592</u>	<u>4.178</u>	<u>10.033</u>
Adições	-	34	1.115	1.149
Baixas	(4)	(4)	(5.293)	(5.301)
Depreciação / Amortização	(243)	(124)	-	(367)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>5.016</u>	<u>498</u>	<u>-</u>	<u>5.514</u>

12. Intangível

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2021
Instalações	100.902	12.261	-	(3.143)	110.020
Equipamentos, veículos e sistemas de controle	24.	1.502	(16)	(752)	24.873
Desapropriações	1.732	5.808	-	(54)	7.486
Conservação especial	13.870	-	-	(432)	13.438
Elementos de segurança	1.801	59	-	(56)	1.804
Resultado financeiro	8.321	156	(38)	(259)	8.180
Meio Ambiente	809	464	-	(25)	1.248
Outros	1.018	29	-	(32)	1.015
	<u>152.592</u>	<u>20.279</u>	<u>(54)</u>	<u>(4.752)</u>	<u>168.065</u>

- (i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2021 foi de 0,14%.

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	152.592
(+) Adições	20.279
(-) Amortizações	(4.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	168.065

13. Debêntures

Em 13 de novembro de 2017, foi firmado com o Banco Bradesco S.A., um contrato de subscrição particular de emissão de 250.000.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1 (um real), no montante de R\$250.000, sobre as quais não haverá atualização monetária do valor nominal unitário das debêntures por qualquer índice. As referidas debêntures foram objeto de renegociação de um empréstimo. As debêntures estão garantidas por: a) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora; b) cessão fiduciária sobre todos os direitos emergentes da Concessão; c) cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão; e d) cessão condicional sobre os contratos da Concessão.

No dia 8 de abril de 2020 ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação de 90 (noventa) dias para a quitação da 2ª parcela de amortização do principal. Como consequência, o vencimento que era em 13 de abril de 2020, passou a ser em 12 de julho de 2020. A prorrogação do prazo de pagamento da segunda parcela não alterou o fluxo dos demais pagamentos previstos na Escritura.

Em 13 de janeiro, 13 de abril, 13 de julho e 13 de outubro de 2020, a Companhia realizou amortizações do saldo das debêntures, conforme cronograma de pagamento, referente às parcelas 5 a 8 da quitação de juros, além das 2ª e 3ª parcelas de principal. O saldo amortizado acrescidos dos juros no período foi de R\$122.941.

Em 13 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou a 9ª parcela de juros das debêntures, no montante de R\$ 436. No dia 12 de maio de 2021, ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação da quitação de R\$57.750 (de um montante de R\$72.750) para o dia 31/03/2022, com juros remuneratórios mensais à taxa de CDI +3,25%.

Em 13 de maio de 2021, a Companhia realizou amortização de R\$15.000. Os valores de pagamentos de juros no ano de 2021 foi de R\$ 4.816. Nos dias 31/01/22 e 25/02/2022, houve os pagamentos da 19ª e 20ª parcelas de juros, nos valores de R\$ 578 e R\$ 573, respectivamente.

14. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais a Pagar	10.180	6.193
	<u>10.180</u>	<u>6.193</u>

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	77	662
Provisões de férias e encargos	1.840	1.534
IRRF de empregados a recolher	292	303
INSS a Recolher	376	365
FGTS a Recolher	132	124
	<u>2.717</u>	<u>2.988</u>

16. Obrigações tributárias

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pis a Recolher (ii)	79	-	60	-
Cofins a Recolher (ii)	382	-	281	-
IRPJ a Recolher (i)	690	-	616	-
CSLL a Recolher (i)	360	-	243	-
IRRF S/ Terceiros a Recolher	22	-	13	-
ISS S/ Terceiros a Recolher	1.199	-	1.622	-
ISS a Recolher	778	-	632	-
INSS S/ Terceiros a Recolher	155	-	59	-
Pis/Cofins/CSLL Terceiros a Recolher	79	-	57	-
IRPJ Diferido (i)	-	38.178	-	30.385
CSLL Diferida (i)	-	13.744	-	10.939
Pis Diferido (ii)	-	19.566	-	14.976
Cofins Diferido (ii)	-	90.304	-	69.120
	<u>3.744</u>	<u>161.792</u>	<u>3.583</u>	<u>125.420</u>

(i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de

dezembro de 2021 foi de R\$31.170 (R\$26.845 em 31 de dezembro de 2020). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. 6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1,2 e 3).

- (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS).

17. Outras contas a pagar

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigação contratual ambiental (i)	-	4.578	-	4.489
Seguros e garantias a pagar	8.793	-	255	-
Adiantamentos de clientes	2.423	-	2.516	-
Adiantamento De Clientes - Pedagio	298	-	-	-
Receita acessórias a apropriar (ii)	316	3.450	296	3.531
Outros valores a pagar	366	-	290	-
	<u>12.196</u>	<u>8.028</u>	<u>3.357</u>	<u>8.020</u>

- (i) Refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela **CETESB** e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA.
- (ii) Correspondente ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11, que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato).

18. Provisão para contingências

Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R\$609 (igual valor em 31 de dezembro de 2020) envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui ações de naturezas cível, no montante de R\$446 (R\$18.749 em 31 de dezembro de 2020) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

19. Provisão para manutenção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pavimentos	22.621	-
AVP Pavimentos	4.021	241
Sinalização	5.013	200
AVP Sinalização	574	1.448
Obras de arte especial	3.600	330
AVP Obras de arte especial	618	4
	<u>36.447</u>	<u>2.223</u>

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos (1º ciclo - de abril de 2016 a março de 2021 / 2º ciclo – de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, à taxas de 127% ao ano do CDI. A determinação da taxa de desconto utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos.

A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras.

A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 se deu em razão do encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que tratará de provisões anuais e vigorará por 5 anos, se encerrando em março de 2026), o que demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos.

No resultado houve uma variação entre 31 de dezembro de 2020 de R\$ 2.391 para R\$44.543 em 31 de dezembro de 2021, isso ocorreu devido ao início do 2º ciclo de manutenção.

A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2019	21.068
Baixas	(16.454)
(Reversões)	(2.391)
Saldo em 31.12.2020	<u>2.223</u>
Baixas	(10.229)
Adições	44.453
Saldo em 31.12.2021	<u>36.447</u>

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição.

(c) Reservas

Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social;
2. Formação de reserva para contingências, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral;
3. Constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei;
4. A Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

21. Receita líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	726.366	514.168
Receitas de pedágio (b)	90.586	80.282
Receitas acessórias (c)	3.017	2.619
	<u>819.969</u>	<u>597.069</u>
Deduções		
ISS	(4.601)	(4.081)
PIS	(5.169)	(3.821)
Cofins	(23.856)	(17.637)
Outras deduções	(2.808)	(2.488)
	<u>(36.434)</u>	<u>(28.027)</u>
	<u>783.535</u>	<u>569.042</u>

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R\$726.366 (de R\$514.168 em 31 de dezembro de 2020) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente.

(b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia.

(c) A Companhia também reconheceu receitas acessórias, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia.

A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(579)	(513)
Sobre obras de infraestrutura	(4.590)	(3.308)
	<u>(5.169)</u>	<u>(3.821)</u>
COFINS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(2.672)	(2.370)
Sobre obras de infraestrutura	(21.184)	(15.267)
	<u>(23.856)</u>	<u>(17.637)</u>
	<u>(29.025)</u>	<u>(21.458)</u>

22. Custos

O montante de R\$669.422 (R\$468.748 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de obras de infraestrutura - Nota 21	726.366	514.168
Margem de Lucro	<u>(31.170)</u>	<u>(26.845)</u>
Receitas, liquidas de margem, de obras de infraestrutura	<u>695.196</u>	<u>487.323</u>
Deduções		
PIS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	(4.590)	(3.308)
COFINS Sobre obras de infraestrutura - Nota 21	<u>(21.184)</u>	<u>(15.267)</u>
	<u>(25.774)</u>	<u>(18.575)</u>
Custo de obras de infraestrutura (i)	<u>669.422</u>	<u>468.748</u>

(i) Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas de empreiteiras contratadas para a execução das obras de infraestrutura.

23. Despesas Administrativas

As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salarios E Remuneracoes	26.308	24.566
Prestadores De Servicos	16.934	15.538
Material Equip E Veiculos (Consumo)	4.099	4.150
Gastos Gerais	3.344	2.066
Seguros	683	843
Provisões	-	122
Outros Resultados Operacionais	<u>(20)</u>	<u>4</u>
	<u>51.348</u>	<u>47.289</u>

24. Resultado Financeiro

Receita Financeira	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento De Aplicacao Financeira	4.350	5.001
Juros Ativos	7	493
Descontos Obtidos	2.789	1.120
Variacao Cambial Ativa	51	7
	<u>7.197</u>	<u>6.621</u>

Despesas Financeira	31/12/2021	31/12/2020
IOF	97	1
Juros De Financ Em Moeda Nacional	4.105	5.534
Juros Sobre Atraso De Pagamento	4	5
Despesas Bancarias	198	224
Cide	-	16
Ir S/ Remessa Exterior	-	64
Multas Passivas	-	1
Pis E Cofins S/ Remessa Exterior	-	45
Variacoes Cambiais S/Fornec Externos	(31)	152
Pis S/ Receita Financeira	119	40
Cofins S/ Receita Financeira	213	248
Transferencias Despesas Financeiras	(117)	(22)
Avp – Provisao Para Manutencao	-	(1.553)
	<u>4.588</u>	<u>4.755</u>

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Diferido

	31/12/2021	31/12/2020
Csll Diferido – Icp 01	2.805	2.416
Irpj Diferido – Icp 01	7.793	6.711
Contribuição Social Diferido	(2.654)	2.360
Imposto De Renda Diferido	(7.288)	6.781
	<u>656</u>	<u>18.268</u>

b) Corrente

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Social Corrente	1.263	578
Imposto De Renda Corrente	3.400	1.519
	<u>4.663</u>	<u>2.097</u>

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido	15.714	54.064
(+) Adições	47.531	4.469
(-) Exclusões	(43.198)	(49.301)
LALUR	20.047	9.232
Compensação de 30% s/ lucro	(6.014)	(2.756)
IR + Adicional	3.484	1.595
(-) PAT+Doações Incentivadas	(84)	(76)
Total IRPJ	3.400	1.519
Total CSLL	1.263	578

26. Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Objeto	Limite Máximo de indenização R\$
Prédio	252
Risco Operacional (Concessionária)	5.450.520
Responsabilidade Civil (Concessionária)	442.564
Garantia Fiança	164.911
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	260.511
Risco Engenharia (Obra do contorno)	35.600.933
	41.919.691

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

27. Operações com partes relacionadas

Partes relacionadas

Empresa	31/12/2021	31/12/2020
	Custo de construção	
Construtora Queiroz Galvão	(460.611)	(435.224)
Engetec	(106.131)	-
	<u>(566.742)</u>	<u>(435.224)</u>

A Companhia apresentou em 31 de dezembro 2021 saldo de R\$ 566.742 (R\$ 435.224 em 31 de dezembro de 2020) referente a custos de obras com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 08 e 29/01/2021. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

28. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	10.395	33.699
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>137.151.444</u>	<u>137.151.444</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	<u>0,08</u>	<u>0,24</u>

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Prédio	março/2022	770
Risco Operacional (Concessionária)	abril/2022	100.000
Responsabilidade Civil (Concessionária)	abril/2022	30.000
Garantia Fiança	dezembro/2022	110.000
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	fevereiro/2023	585.000
Risco Engenharia (Obra do contorno)	dezembro/2024	500.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

30. Eventos subsequentes

Obras concluídas

Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045.